

Codesa arrendará 57% de Barra do Riacho

A empresa dividiu o porto em três áreas e apenas uma será arrendada este ano; as duas outras serão ofertadas a médio prazo

Três terminais em vez de um. Este é o projeto da Codesa e do Ministério dos Transportes para o Porto de Barra do Riacho, em Aracruz, apresentado ontem em audiência pública ocorrida no auditório da **Rede Gazeta**. A empresa decidiu dividir o porto em três áreas, arrendando neste ano apenas uma delas, com 548,78 mil metros quadrados, equivalente a 57,58% da área total do porto. As duas áreas restantes serão ofertadas a médio prazo. Participaram da audiência cerca de 140 pessoas, entre empresários, trabalhadores portuários e representantes de órgãos públicos.

a audiência foi aberta pelo vice-governador Renato Casagrande, que destacou a importação do comércio exterior para a economia do Espírito Santo e a necessidade de união de todos os agentes econômicos na viabilização de Barra do Riacho, para que o Estado possa competir com outros portos, principalmente Sepetiba.

A apresentação do programa de arrendamentos coube ao diretor de Desenvolvimento da Codesa, Antonio Paulo Rimpst de Menezes, com o apoio do restante da diretoria, do assessor do Ministério dos Transportes, Luiz Henrique Teixeira Baldez, e do subsecretário adjunto de Transportes Aquaviários, Wilbjavan Magno.

Além de Barra do Riacho, também serão arrendadas neste ano, por um prazo de 25 anos, o cais de Paul, uma área de Capuaba e unidades do Porto de Vitória. O preço mínimo e as condições específicas para o arrendamento de cada uma destas áreas serão apresentados em audiências específicas, segundo revelou o presidente da Codesa, Afonso Celso Andara da Silva, que serão convocadas tão logo o Conselho Nacional de Desestatização (CND) aprove o edital de concessão.

LEILÃO – A expectativa é de que a data do leilão e o valor do lance mínimo sejam definidos na reunião do CND programada para a próxima quinta-feira. Baldez acrescentou que o Ministério ainda está

Torquato, anexa a Capuaba.

DIVISÃO – Menezes explicou que a divisão de Barra do Riacho em várias áreas foi determinada pelo Conselho de Autoridade Portuária (CAP), no início deste ano, para evitar a formação de monopólio no local. A opção pelo arrendamento de apenas uma área foi tomada pela empresa e pela equipe técnica do ministério, com base na lei da oferta e procura, que orienta o mercado. “O excesso de oferta poderia afetar o preço. Vamos sentir primeiro se existe uma demanda grande para estas áreas”, frisou.

Como Barra do Riacho é um porto virgem – no local existem apenas o mole (muro de contenção de marés) – o arrendatário terá que promover as obras de infra-estrutura (dragagem, aterro, cais e guindastes) e de supra-estrutura (armazéns, pavimentação e acessos). A previsão da Codesa é de que a operação de contêineres no local começa a ser realizada num prazo de dois a três anos. “É um projeto que exige um prazo maior de execução. Por este motivo, estamos incluindo na primeira etapa de arrendamentos, berços e equipamentos de Capuaba e Paul, para não perdermos competitividade em relação aos outros portos, que já estão com o programa de arrendamento bastante avançado”.

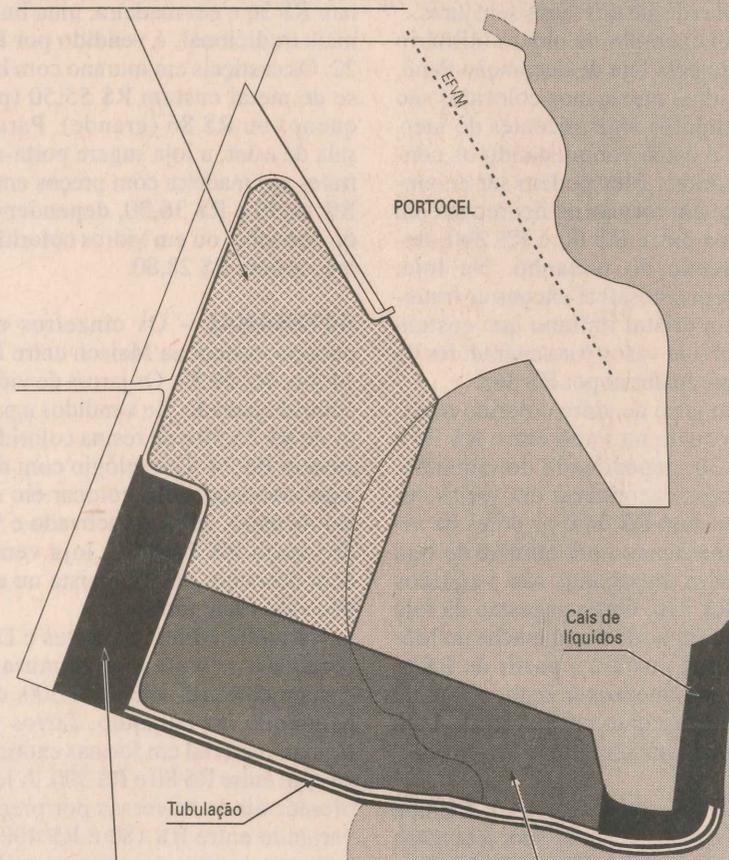
POLÊMICA – A principal crítica à divisão do porto em três áreas partiu dos representantes da Prefeitura de Aracruz. O secretário de Desenvolvimento do município, Luiz Sorrenzini, afirmou que o projeto transforma Barra do Riacho em um porto de “segunda categoria”, e não em um **Hub Port** (terminal concentrador de cargas).

A crítica foi rebatida pela assessoria técnica da Codesa, com o argumento de que o porto não está incluído no programa Brasil em Ação, e portanto não terá recursos federais. A viabilidade do porto, diante da escassez de cargas, se dará gradualmente. “Vamos promover a ocupação integral, na medida em que houver demanda adequada”, afirmou Menezes.

A DIVISÃO DO PORTO

ÁREA 1

Mercadorias: Contêineres e carga geral
Tamanho do cais: 700 m
Número de berços: 3
Retroárea: 548.780 m²
Data do leilão: até dezembro de 1997



ÁREA 3

Mercadorias: granéis líquidos
Tamanho do cais: 450 m
Número de berços: 2
Retroárea: 102.756 m²
Data do leilão: indefinida

Edit. Arte / GENILDO

ÁREA 2

Mercadorias: Contêineres, carga geral ou granel sólido
Tamanho do cais: 700 m
Número de berços: 3
Retroárea: 302.170 m²
Data do leilão: indefinida

Porto de Barra do Riacho, em Aracruz, apresentado ontem em audiência pública ocorrida no auditório da **Rede Gazeta**. A empresa decidiu dividir o porto em três áreas, arrendando neste ano apenas uma delas, com 548,78 mil metros quadrados, equivalente a 57,58% da área total do porto. As duas áreas restantes serão ofertadas a médio prazo. Participaram da audiência cerca de 140 pessoas, entre empresários, trabalhadores portuários e representantes de órgãos públicos.

a audiência foi aberta pelo vice-governador Renato Casagrande, que destacou a importação do comércio exterior para a economia do Espírito Santo e a necessidade de união de todos os agentes econômicos na viabilização de Barra do Riacho, para que o Estado possa competir com outros portos, principalmente Sepetiba.

A apresentação do programa de arrendamentos coube ao diretor de Desenvolvimento da Codesa, Antonio Paulo Riemppst de Menezes, com o apoio do restante da diretoria, do assessor do Ministério dos Transportes, Luiz Henrique Teixeira Baldez, e do subsecretário adjunto de Transportes Aquaviários, Wilbjavan Magno.

Além de Barra do Riacho, também serão arrendadas neste ano, por um prazo de 25 anos, o cais de Paul, uma área de Capuaba e unidades do Porto de Vitória. O preço mínimo e as condições específicas para o arrendamento de cada uma destas áreas serão apresentados em audiências específicas, segundo revelou o presidente da Codesa, Afonso Celso Andara da Silva, que serão convocadas tão logo o Conselho Nacional de Desestatização (CND) aprove o edital de concessão.

LEILÃO – A expectativa é de que a data do leilão e o valor do lance mínimo sejam definidos na reunião do CND programada para a próxima quinta-feira. Baldez acrescentou que o Ministério ainda está avaliando o preço mínimo de cada uma destas áreas, mas acredita que a proposta esteja pronta a tempo para ser submetida ao CND na próxima semana.

– A primeira área a ser leiloada é anexa ao terminal privativo da Aracruz Celulose e Cenibra, o Portocel, que opera dentro da área do Porto de Barra do Riacho. Esta área será exclusiva para movimentação de contêineres e carga geral não containerizada, com 700 metros de cais e três berços de atracação. As duas outras áreas serão reservadas para carga geral (302,17 mil metros quadrados) e cargas líquidas (102,75 mil metros quadrados). A área para cargas líquidas poderá abrigar a base de combustível que hoje opera na região de São

a divisão de Barra do Riacho em várias áreas foi determinada pelo Conselho de Autoridade Portuária (CAP), no início deste ano, para evitar a formação de monopólio no local. A opção pelo arrendamento de apenas uma área foi tomada pela empresa e pela equipe técnica do ministério, com base na lei de oferta e procura, que orienta o mercado. “O excesso de oferta poderia afetar o preço. Vamos sentir primeiro se existe uma demanda grande para estas áreas”, frisou.

Como Barra do Riacho é um porto virgem – no local existem apenas o mole (muro de contenção de marés) – o arrendatário terá que promover as obras de infra-estrutura (dragagem, aterro, cais e guindastes) e de supra-estrutura (armazéns, pavimentação e acessos). A previsão da Codesa é de que a operação de contêineres no local começa a ser realizada num prazo de dois a três anos. “É um projeto que exige um prazo maior de execução. Por este motivo, estamos incluindo na primeira etapa de arrendamentos, berços e equipamentos de Capuaba e Paul, para não perdermos competitividade em relação aos outros portos, que já estão com o programa de arrendamento bastante avançado”.

POLÊMICA – A principal crítica à divisão do porto em três áreas partiu dos representantes da Prefeitura de Aracruz. O secretário de Desenvolvimento do município, Luiz Sorenzini, afirmou que o projeto transforma Barra do Riacho em um porto de “segunda categoria”, e não em um **Hub Port** (terminal concentrador de cargas).

A crítica foi rebatida pela assessoria técnica da Codesa, com o argumento de que o porto não está incluído no programa Brasil em Ação, e portanto não terá recursos federais. A viabilidade do porto, diante da escassez de cargas, se dará gradualmente. “Vamos promover a ocupação integral, na medida em que houver demanda adequada”, afirmou Menezes.

A Companhia Vale do Rio Doce, um dos grupos que requereu a licitação de Barra do Riacho – os outros foram a Vitória Aduaneira e a Prefeitura de Aracruz – esteve representada no encontro por uma comitiva de cinco técnicos, liderada pelo gerente de Comunicação Empresarial, Alberto Fontana, que optou por não se manifestar no encontro.

Ao final da audiência, Fontana disse que a Vale vai submeter o projeto a uma equipe de técnicos, para avaliar a viabilidade de participar da licitação. Outras empresas representadas no encontro foram o Grupo Libra, Frannel, Multilift, Transocean Services, Cooper/T. Smith, Petrobrás, Flexibrás, Multi-logística e Cotia Trading.

ÁREA 1

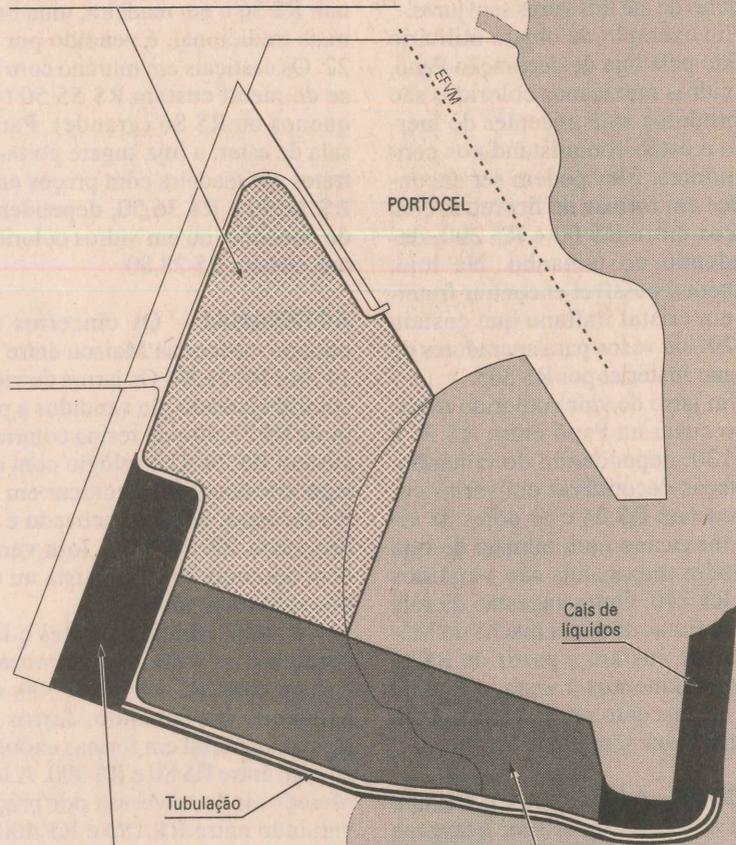
Mercadorias: Contêineres e carga geral

Tamanho do cais: 700 m

Número de berços: 3

Retroárea: 548.780 m²

Data do leilão: até dezembro de 1997



ÁREA 3

Mercadorias: granéis líquidos

Tamanho do cais: 450 m

Número de berços: 2

Retroárea: 102.756 m²

Data do leilão: indefinida

Edit. Arte /GENILDO

ÁREA 2

Mercadorias: Contêineres, carga geral ou granel sólido

Tamanho do cais: 700 m

Número de berços: 3

Retroárea: 302.170 m²

Data do leilão: indefinida